



S.D.M.S.A.
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL DE SANTA MARIA E.E.M.

Relatório de Gestão e Contas

2013

Vila do Porto, 28 de Março de 2014



Índice

I – Relatório de gestão

II – Balanço

III – Demonstração dos resultados por naturezas

IV – Demonstração das variações no capital próprio

V – Demonstração dos fluxos de caixa

VI – Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII – Certificação Legal de Contas

17
A

Relatório do Conselho de Administração

De acordo com as exigências legais e estatutárias, apresenta o Conselho de Administração da S.D.M.S.A., E.E.M. o seguinte Relatório de Gestão, referente ao exercício de **2013**.

1- ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. Este processo deverá ocorrer num quadro de manutenção de condições regulares de financiamento da economia, ao longo do horizonte de projeção.

A progressiva e hipotética recuperação da procura interna, dependerá da evolução do consumo público e do consumo privado, a qual continuará, no entanto, a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado, e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira. Importa referir que as exportações têm desempenhado um papel crucial no ajustamento da economia portuguesa, apesar do crescimento relativamente limitado da atividade económica mundial observado no período 2011-2013.

Em resumo o contexto macroeconómico interno, dependerá fortemente do comportamento das exportações, dado que se prevê nos próximos anos que o consumo interno continuará débil e continuando a ser o parente pobre da recuperação económica, derivado essencialmente do excessivo endividamento global da economia portuguesa (que em 31 de Dezembro de 2013, atingiu a quantia de 736 mil milhões de euros, ou seja 445% do PIB) o que obrigará a alocar importantes recursos financeiros para o serviço a dívida.

2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

A “S.D.M.S.A.- Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de S. Maria ” EEM, Pessoa Colectiva com o número 509 374 255, com sede no Largo Mossa Senhora da Conceição, freguesia de Vila do Porto, Concelho de Vila do Porto teve o seu início de actividade em meados de 2010, tendo como objecto a concepção, construção de diversos empreendimentos públicos na ilha de S. Maria, bem como a gestão de diversos equipamentos municipais, sendo que no seu objeto inicial, definido nos estatutos da SDMSA EEM, poderá por si só, ou com terceiros, desenvolver as seguintes actividades:

“Desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração das áreas de desenvolvimento urbano prioritárias; a requalificação urbana e ambiental, a construção e gestão de habitação social, a construção de vias municipais, a construção, gestão e exploração de sistemas de abastecimento de águas e de resíduos sólidos, a construção, gestão e exploração de equipamentos desportivos, turísticos, culturais, educativos e de lazer, a promoção de eventos culturais, bem como desenvolvimento, implementação e gestão de actividades conexas”

Como já foi referido, a empresa municipal foi criada com o objectivo de conceber e executar projectos de desenvolvimento e gerir equipamentos públicos. Assim, o principal objetivo desta empresa foi o de potenciar o desenvolvimento integrado de projectos e construção de diversas infra-estruturas de interesse municipal, cuja gestão e optimização de recursos seja mais consentânea com gestão empresarial dos mesmos, por um lado, e por outro a execução de projectos que, sendo ou não possível o recurso a fundos comunitários (pro-convergência), pudessem vir a ser desenvolvidos por esta empresa com recurso a financiamento bancário, tendo sempre subjacente a anterior legislação que regulava o Sector Empresarial Municipal (lei 53-F/2006).

No entanto com a entrada em vigor da nova legislação do sector empresarial local, os investimentos com recurso a suporte financeiro das autarquias, veio a ser vedado pura e simplesmente por aquela legislação, artigo 36º da lei 50/2012 de 31 de agosto, o que implicou a não conclusão do plano de investimentos em curso na SDMSA EEM, no



entanto, cerca de 90% dos investimentos previstos foram executados, cumprindo sem derrapagens em termos financeiros os respetivos projetos, numa gestão exemplar dos projetos e no seu controle sem encargos suplementares para o erário publico.

O facto é que a nova legislação veio de forma geral, alterar todos os pressupostos em que se tinham fundado e funcionado as empresas do sector empresarial local, introduzindo novas variáveis que não se coadunam com o funcionamento deste tipo de empresas em regiões em que o mercado é extremamente débil ou inexistente, como é o caso da ilha de Santa Maria.

Assim, *não estão criadas* as condições para a continuação de uma gestão empresarial dos equipamentos municipais, onde pauta a racionalidade e gestão dos meios financeiros, pelo que não resta outra alternativa no curto prazo, que não seja a internalização das atividades desenvolvidas pela SDMSA EM S.A., mesmo que tal represente acréscimo de custos dada a natureza burocrática de funcionamento de um órgão autárquico.

Em 2013, a concessão da Gestão, exploração e manutenção dos equipamentos municipais, foram objeto de concursos públicos, por parte do Município de Vila do Porto, tendo a S.D.M.S.A. EM S.A., como concorrente e cumprindo as regras de concorrência em pleno mercado apresentado propostas para a exploração dos equipamentos municipais, tendo sido adjudicados as respetivas prestação e serviços.

A administração irá propor que durante o ano de 2014, se proceda à internalização da atividade da empresa, nos termos definidos no artigo 65º da lei 50/2012, sendo que relativamente aos ativos e passivos da empresa, deverá ser seguido o preconizado no código das sociedades comerciais para a dissolução e liquidação de empresas.

3 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2013 e até à presente data que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício de 2013.



No entanto em 14 de janeiro de 2014, procedeu-se o registo da alteração dos estatutos das empresa, aprovado em Assembleia Municipal de Fevereiro de 2013, por forma a dar cumprimento á lei nº 50/2012 de 31 de Agosto.

4 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A Administração considera que a Empresa Municipal, que as suas atividades devem ser internalizadas ainda durante o ano de 2014, devendo ser iniciado processo no início do 2º semestre de 2014, e para isso ser elaborado o respetivo plano de internalização conforme o definido na legislação.

Os investimentos foram todos concluídos em 2013, não existindo qualquer investimento definido para 2014.

Ao nível de recursos humanos, a empresa conta atualmente com 13 Colaboradores

O Conselho de Administração é composto por 2 elementos, o qual reúne ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, para acompanhar a gestão da Empresa Municipal, da Sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre a execução dos projectos de investimento.

5 - BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

A empresa em 2013 não cumpriu a regra do equilíbrio de exploração, situação esta definida na Lei 50/2012 de 31 de Agosto, tendo tido uma exploração deficitária para o qual contribuiu o peso das amortizações fiscais, serviço da dívida do investimento realizado e a impossibilidade de transferência de verbas ao abrigo dos contratos programa plurianuais formalizados em 2010.

O resultado apurado em 31 de dezembro de 2013, reflete o apuramento de um resultado negativo cerca de 553 mil euros, o qual se deve aos seguintes factos;

Os subsídios á exploração, de promoção e de investimento, previstos nos contratos programas plurianuais celebrados em 2010, deixaram ser possíveis de transferir com base na nova legislação para o S.E.L., o que implicou uma diminuição de receitas de



forma significativa e que estava devidamente contratualizado entre o Município de Vila do Porto e a SDMSA EM S.A.

Apesar da redução dos custos de funcionamento (F.S.E.) de 406 mil euros em 2012 para 312 mil euros em 2013 e dos custos com pessoal terem subido ligeiramente de 206 mil euros para 217 mil euros em 2013, por via do pagamento dos subsídios de férias e natal, apesar destas reduções nos custos operacionais dos F.S.E., não foi possível cobrir todos os custos com as receitas próprias da empresa, porque com a conclusão dos investimentos, as amortizações fiscais e os encargos financeiros subiram de forma significativa, representando cerca de 362 mil euros, quando em 2012 representava 67 mil euros.

6 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, um resultado líquido negativo de 553.144,45 euros.

É proposto pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício em:

- 553.144.45 Euros para resultados transitados.

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.



S.D.M.S.A.
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL DE SANTA MARIA E E.A.

Vila do Porto, 28 de Março de 2014

A Administração
[Handwritten signature]
Gequiel Araújo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

B
A

II – Balanço

Balanço

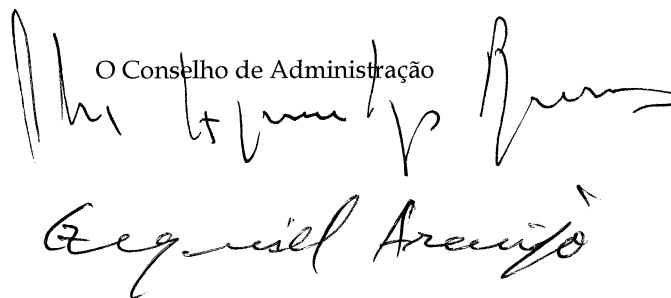
Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2013	31 Dez 2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	7.617.008,86	3.918.676,44
Activos intangíveis	6	3.378,48	38,82
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		7.620.387,34	3.918.715,26
Activo corrente			
Clientes	7	209.198,18	196.993,96
Estado e outros entes públicos	8	2.704,88	57.233,87
Outras contas a receber	9	1.732.496,35	49.191,70
Diferimentos	10	10.677,44	7.448,10
Caixa e depósitos bancários	4	311.894,20	1.961.451,93
		2.266.971,05	2.272.319,56
Total do activo		9.887.358,39	6.191.034,82
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	12	6.354,33	6.054,33
Outras reservas	12	2.454,74	
Resultados transitados	13	45.027,67	45.027,67
Outras variações no capital próprio	14	3.904.527,46	569.781,44
		4.008.364,20	670.863,44
Resultado líquido do período		-553.144,45	2.754,74
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		3.455.219,75	673.618,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	15	4.361.800,00	4.361.800,00
Passivos por impostos diferidos	14		120.862,73
Outras contas a pagar	17	880.432,66	
		5.242.232,66	4.482.662,73
Passivo corrente			
Fornecedores	16	41.810,83	119.659,50
Estado e outros entes públicos	8	4.064,23	3.550,49
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	17	1.144.030,92	911.543,92
Diferimentos			
		1.189.905,98	1.034.753,91
Total do passivo		6.432.138,64	5.517.416,64
Total do capital próprio e do passivo		9.887.358,39	6.191.034,82

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



17



III – Demonstração dos resultados

Demonstração dos Resultados

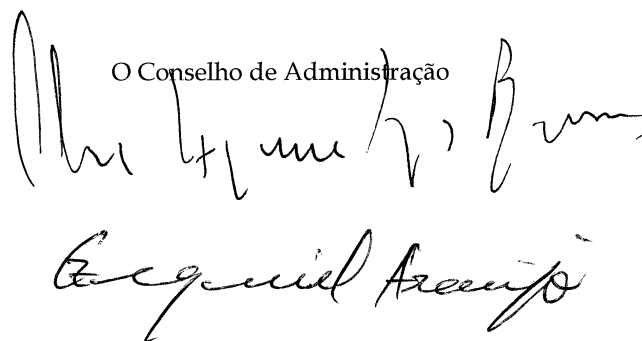
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Vendas e serviços prestados	18	428.794,53	365.479,77
Subsídios à exploração	19	279,18	325.000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-6.119,51	-6.719,52
Fornecimentos e serviços externos	21	-312.856,88	-406.517,65
Gastos com o pessoal	22	-217.585,14	-205.705,92
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	23	130.465,86	2.668,09
Outros gastos e perdas	24	-212.357,92	-2.199,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-189.379,88	72.005,77
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	25	-216.557,59	-46.936,61
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-405.937,47	25.069,16
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26	-146.655,86	-21.311,16
Resultado antes de impostos		-552.593,33	3.758,00
Imposto sobre o rendimento do período	8	-551,12	-1.003,26
Resultado líquido do período		-553.144,45	2.754,74

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



IV – Demonstração das variações no capital próprio

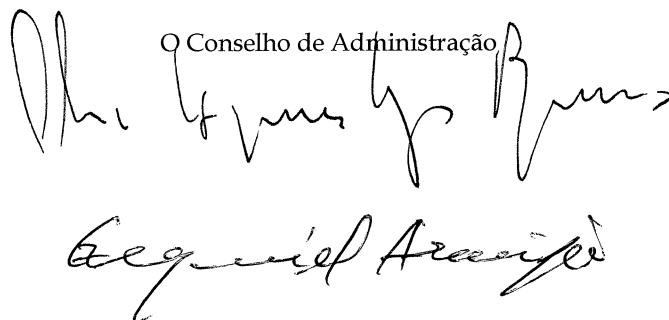
Demonstração das Alterações do Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2012	1	50.000,00	2.054,33		18.488,98		30.538,69	101.082,00
Alterações no Período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	12,13		4.000,00		26.538,69		-30.538,69	
Aplicação dos resultados de 2011						-120.862,73		-120.862,73
Ajustamentos por impostos diferidos						690.644,17		690.644,17
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						569.781,44		569.781,44
Resultado Líquido do Período	2		4.000,00		26.538,69		-30.538,69	569.781,44
Resultado Integral	3						2.754,74	2.754,74
Operações com Detentores de Capital no Período	4 = 2+3					569.781,44	-27.783,95	572.536,18
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Posição no fim de 2012	5 = 1+2+3+4	50.000,00	6.054,33		45.027,67	569.781,44	2.754,74	673.618,18
Posição no início de 2013	6	50.000,00	6.054,33		45.027,67	569.781,44	2.754,74	673.618,18
Alterações no Período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	12,13		300,00	2.454,74			-2.754,74	0,00
Aplicação dos resultados de 2012						-759.569,93		-759.569,93
Ajustamentos por impostos diferidos						4.094.315,95		4.094.315,95
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						3.334.746,02		3.334.746,02
Resultado Líquido do Período	7		300,00	2.454,74		3.334.746,02	-2.754,74	3.334.746,02
Resultado Integral	8						-553.144,45	-553.144,45
Operações com Detentores de Capital no Período	9 = 7+8					3.334.746,02	-555.899,19	2.781.601,57
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Posição no fim de 2013	10 = 6+7+8+9	50.000,00	6.354,33	2.454,74	45.027,67	3.904.527,46	-553.144,45	3.455.219,75

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



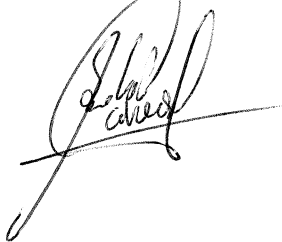
V – Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

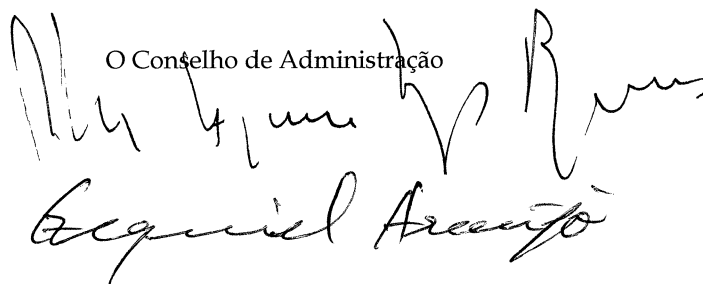
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2013	31 Dez 2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes		416.590,31	185.137,97
Pagamentos a fornecedores		-396.825,06	-329.605,66
Pagamentos ao pessoal		-217.585,14	-205.705,92
Caixa gerada pelas operações		-197.819,89	-350.173,61
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-551,12	-6.183,11
Outros recebimentos / pagamentos		69.052,94	853.658,24
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-129.318,07	497.301,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-3.875.407,88	-3.323.145,02
Activos intangíveis		-3.475,00	
Investimentos financeiros			
Outros activos			
		-3.878.882,88	-3.323.145,02
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		2.505.299,08	690.644,17
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		2.505.299,08	690.644,17
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		-1.373.583,80	-2.632.500,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-146.655,86	-21.311,16
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		-146.655,86	-21.311,16
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-146.655,86	-21.311,16
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-1.649.557,73	-2.156.510,49
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.961.451,93	4.117.962,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	311.894,20	1.961.451,93

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



VI – Anexo às demonstrações financeiras

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Nota introdutória

A “SDMSA - Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria, EEM”, adiante designada por “SDMSA” é uma Entidade Empresarial Municipal (EEM) constituída em 30 de Março de 2010. Em Janeiro de 2014, por força de uma alteração nos estatutos, nomeadamente a alteração da sua natureza jurídica (de entidade Empresarial Municipal – EEM para Sociedade Anónima – SA) a entidade passou a designar-se “SDMSA - Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria – E.M., S.A.” A empresa tem sede no Edifício Paços do Concelho, Vila do Porto. O capital social ou estatutário é de 50.000 acções com um valor nominal de 1,00€ por acção, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela Câmara Municipal da Vila do Porto, NIF 512063770.

A SDMSA tinha em 31 de dezembro de 2013, por objecto o desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração das áreas de desenvolvimento urbano prioritárias, a requalificação urbana e ambiental, a construção e gestão de habitação social, a construção de vias municipais, a construção e gestão de sistemas de abastecimento de águas e resíduos sólidos, a construção, gestão e exploração de equipamentos desportivos, turísticos, culturais, educativos e de lazer, a promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de parques imobiliários, a promoção de eventos culturais, bem como o desenvolvimento, implementação e gestão das actividades conexas. Em complemento das actividades previstas anteriormente, a empresa poderá exercer directamente ou em colaboração com terceiros actividades acessórias ou subsidiárias do seu objecto principal ou relativas a outros ramos de actividades conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do objecto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos.

A SDMSA tem por objecto, a partir de 14 de janeiro 2014, a promoção e gestão de equipamentos colectivos e a prestação de serviços na área da acção social, cultura e desporto e promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

2. Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”)

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas e o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas. As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) foram adoptadas pela primeira vez em 2010, em virtude da constituição da empresa se ter efectivado a 30 de Março do referido ano.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.3. Pressupostos da especialização do Exercício

A SDMSA regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 9 e 17).

3.4. Activos fixos tangíveis

Todos os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	4 - 12
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	4 - 14

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos.

3.6. Clientes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', de modo a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

3.7. Capital social

O capital social ou estatutário está classificado em capital próprio. O mesmo encontra-se expresso em valor realizado pelos participantes ou accionistas.

3.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do ano compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com situações que sejam reconhecidas directamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais. Os impostos diferidos respeitam às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto conhecida à data do relato financeiro e que se estima que será aplicável na data da sua realização ou do seu pagamento.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. A SDMSA reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A SDMSA baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efectiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados em Investimentos em curso no Balanço de acordo com o regime do acréscimo em virtude de serem referentes ao empréstimo contraído para financiar as obras em curso.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes, uma vez que está estipulado contratualmente a carência parcial de capital de por um prazo de 48 meses.

3.12. Subsídios

Os subsídios do governo ou de outras entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis estão registados em "outras variações de capital próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento da sua actividade, sendo os mesmos reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

3.13. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

3.14. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa, Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:



Rúbricas	01-Jan-2012	Debito	Credito	31-Dez-13
Caixa	708.62	491,036.64	491,277.09	468.17
Depósitos à ordem	460,743.31	4,551,391.80	4,700,709.08	311,426.03
Depósitos à prazo	1,500,000.00		1,500,000.00	
Outras				
	1,961,451.93	5,042,428.44	6,691,986.17	311,894.20

5. Activos fixos tangíveis

A rubrica "Activos fixos tangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2012 e 2013:

31 de Dezembro de 2012

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-12	Valor Líquido
Custo:							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções	143,991.47	1,959.28		1,743,023.12		1,888,973.87	1,853,674.03
Equipamento básico	8,076.03	4,208.11				12,284.14	10,799.92
Equipamento de transporte	12,500.00					12,500.00	6,250.00
Equipamento biológico							
Equipamento administrativo	7,616.28	61.21				7,677.49	1,745.71
Outros activos fixos tangíveis	40,083.63	7,744.58				47,828.21	35,451.60
Investimentos em curso	444,606.46	3,314,838.18		-1,748,689.46		2,010,755.18	2,010,755.18
	656,873.87	3,328,811.36		-5,666.34		3,980,018.89	3,918,676.44
Depreciações acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções	3,599.79	31,700.05				35,299.84	
Equipamento básico	573.58	910.64				1,484.22	
Equipamento de transporte	3,125.00	3,125.00				6,250.00	
Equipamento biológico							
Equipamento administrativo	3,485.15	2,446.63				5,931.78	
Outros activos fixos tangíveis	4,099.70	8,276.91				12,376.61	
	14,883.22	46,459.23				61,342.45	

31 de Dezembro de 2013

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-13	Valor Líquido
Custo:							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções	1,888,973.87			5,488,490.42		7,377,464.29	7,141,473.54
Equipamento básico	12,284.14	411.57				12,695.71	9,981.99
Equipamento de transporte	12,500.00					12,500.00	3,125.00
Equipamento biológico							
Equipamento administrativo	7,677.49	4,471.79				12,149.28	3,904.85
Outros activos fixos tangíveis	47,828.21	2,250.79				50,079.00	28,638.20
Investimentos em curso	2,010,755.18	3,907,620.52		-5,488,490.42		429,885.28	429,885.28
	3,980,018.89	3,914,754.67				7,894,773.56	7,617,008.86
Depreciações acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções	35,299.84	200,690.91				235,990.75	
Equipamento básico	1,484.22	1,229.50				2,713.72	
Equipamento de transporte	6,250.00	3,125.00				9,375.00	
Equipamento biológico							
Equipamento administrativo	5,931.78	2,312.65				8,244.43	
Outros activos fixos tangíveis	12,376.61	9,064.19				21,440.80	
	61,342.45	216,422.25				277,764.70	

A SDMSA regista na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis - Investimentos em curso", valores referentes aos projectos e estudos prévios de arquitectura, de geotecnia, de licenciamento, de execução e de construção, de fiscalização e outras despesas indispensáveis à sua referida realização. Nesta rubrica, procedeu-se ainda à imobilização dos juros e gastos de financiamentos associados aos empreendimentos em curso. Em 31 de Dezembro de 2013, encontravam-se em fase de construção as seguintes obras: construção de um parque de estacionamento junto à Câmara Municipal e a construção de pavimento, passeios, drenagem e sinalização do Caminho do Ginjal. Relativamente a obras concluídas, deram-se por finalizadas em 2013 as seguintes obras: a 2ª fase do parque industrial, a remodelação e adaptação do edifício para os serviços administrativos da CMVP, a repavimentação de diversas estradas municipais (Caminho de Santana, Caminho do Brejo de Baixo, Caminho da Lapa, Caminho da Praia à Fonte de Jordão, Caminho de Santa Barbara até lugar do Norte, Bairro Novo da Lomba, Rua do Norte, Caminho do Forno), a 2ª fase da manutenção da estrada da Glória e da

estrada dos Piquinhos, a 3ª fase da manutenção das estradas (Rua do Norte, Rua Manuel Monteiro Arruda, Bairro Novo da Lomba, Rua Hudson, Canada dos Moinhos, Rua dos Oleiros) e outras obras no complexo desportivo e no parque de campismo.

Nas respectivas datas de conclusão das obras, procederam-se às transferências das rubricas de "Investimentos em curso", no valor total de 5.488.490,42 €, relativos aos valores inerentes à construção/empreitadas e aos montantes dos encargos financeiros de cada obra.

6. Activos Intangíveis

A rubrica "Activos intangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2012 e 2013:

31 de Dezembro de 2012

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-12	Valor Líquido
Custo							
Software	1,431.85					1,431.85	38.82
Outras activos intangíveis							
	1,431.85					1,431.85	38.82
Depreciações Acumuladas							
Software	915.65	477.38				1,393.03	
Outras activos intangíveis							
	915.65	477.38				1,393.03	

31 de Dezembro de 2013

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-13	Valor Líquido
Custo							
Software	1,431.85	3,475.00				4,906.85	3,378.48
Outras activos intangíveis							
	1,431.85	3,475.00				4,906.85	3,378.48
Depreciações Acumuladas							
Software	1,393.03	135.34				1,528.37	
Outras activos intangíveis							
	1,393.03	135.34				1,528.37	

7. Clientes

A rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2012 e 2013:

Rúbricas	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		209,198.18		196,993.96
Clientes conta títulos a receber				
Clientes de cobrança duvidosa				
		209,198.18		196,993.96
Perdas por imparidade acumuladas				
		209,198.18		196,993.96

Rúbricas	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	27,198.18	182,000.00	14,993.96	182,000.00
Clientes conta títulos a receber				
Clientes de cobrança duvidosa				
	27,198.18	182,000.00	14,993.96	182,000.00

O saldo etário de clientes apresentava a seguinte desagregação:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	26,700.53	497.65		182,000.00	209,198.18
Clientes outros					
	26,700.53	497.65		182,000.00	209,198.18

8. Estado e Outros Entes Públicos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17,50% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 Dezembro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Activo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)	1,666.76	22,988.88
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1,038.12	34,244.99
Outros impostos e taxas		
	2,704.88	57,233.87
Passivo		
Imposto s/ rend. das pess. colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	605.83	364.93
Contribuições para Reg. de Protecção Social	3,458.40	3,185.56
Outros impostos e taxas		
	4,064.23	3,550.49

No exercício 2012 e 2013, os resultados obtidos geraram imposto corrente a pagar de IRC.

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Imposto sobre o Rendimento		
Imposto Corrente		700.18
Tributações Autónomas	551.12	303.08
Imposto Diferido		
Outros impostos e taxas		
	551.12	1,003.26

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Adiantamento ao Pessoal				
Fornecedores				30.99
Acrecimos Rendimentos		913.41		31,145.84
Juros a Receber				6,145.84
Outros Acrecimos		913.41		25,000.00
Outros Devedores		1,731,551.75		18,014.87
DRPFE - Proconvergencia		1,731,551.75		18,014.87
		1,732,465.16		49,191.70
Perdas por imparidade acumuladas				
		1,732,465.16		49,191.70

O valor em "Outros Devedores", resultam dos contratos celebrados para financiamento de Fundos Comunitários, pelo "Proconvergência", dos investimentos realizados, e que se encontravam por receber à data de 31 de Dezembro. Inclui-se nesse valor o montante de 892.174,03 €, referente à obra do caminho do Ginjal, a qual se encontra em processo de cedência de posição contratual para a Câmara Municipal de Vila do Porto, prevendo-se assim o seu desreconhecimento, a par da rubrica de "Outras Variações de Capitais Próprios", no ano de 2014. (ver nota 14).

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, a rubrica "Diferimentos" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	9,670.02	6,933.55
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer	1,007.42	514.55
	10,677.44	7,448.10
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		

11. Capital social realizado

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social ou estatutário encontrava-se integralmente subscrito e realizado

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2013, eram as seguintes:

Accionistas	% Cap. Subsc.	Acções Subsc.	% Cap. Realiz.	Cap. por realiz.
Camara Municipal de Vila do Porto	100,00%	50.000	100,00%	-

12. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, a rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição:

31 de Dezembro de 2012					
Rúbricas	Saldo em 01-Jan-12	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-12
Reservas					
Reservas Legais	2,054.33	4,000.00			6,054.33
Reservas Livres					
Outras Reservas					
	2,054.33	4,000.00			6,054.33

31 de Dezembro de 2013					
Rúbricas	Saldo em 01-Jan-13	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-13
Reservas					
Reservas Legais	6,054.33	300.00			6,354.33
Reservas Livres					
Outras Reservas		2,454.74			2,454.74
	6,054.33	2,754.74			8,809.07

O saldo da rubrica "Reservas Legais", resulta a aplicação do Resultado Líquido dos exercícios de 2011 e de 2012, conforme propostas do Conselho de Administração.



13. Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Resultados Transitados" apresentava a seguinte composição:

Rúbricas	
Saldo a 01-Jan-12	18.488,98
Alterações no período (2012)	
5. Aplicação resultados 2011	26.538,69
Saldo em 31-Dez-12	45.027,67
Alterações no período (2013)	
5. Aplicação resultados 2012	
Saldo em 31-Dez-13	45.027,67

O saldo a 31 de Dezembro de 2013 relativo à rubrica "Resultados Transitados", não sofreu alterações face ao valor registado em 31 de Dezembro de 2012, uma vez que na deliberação sobre a aplicação de resultados, o resultado líquido do exercício do ano anterior foi transferido para reservas.

14. Outras Variações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, a rubrica "Outras Variações no Capital Próprio" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	Subsídio ao investimento	Imposto diferido	Ajustamentos em Subsídios	Valor líquido
Saldo inicial				
Aumentos	690.644,17	120.862,73		569.781,44
Transferência				
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	690.644,17	120.862,73		569.781,44
Aumentos	4.457.648,26		780.088,45	3.677.559,81
Transferência	-363.332,31	-120.862,73	100.344,21	-463.676,52
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	4.784.960,12		880.432,66	3.904.527,46

O valor em aumentos de Subsídios ao Investimento refere-se a novos contratos celebrados no âmbito do "Proconvergência", bem como aos reforços de comparticipação no decurso da sua execução (10% adicionais ou "top up"), sendo imputados em rendimentos do exercício de acordo com as depreciações do investimento comparticipado após a conclusão da sua realização (nota 23). O valor em transferências de Subsídios ao Investimento, engloba os montantes imputados a rendimentos do exercício de 2013 (124.520,01 €), bem como valores desconhecidos fruto do grau de acabamento das obras não ter atingido o inicialmente previsto. Decorrente de recomendação da Comissão de Normalização Contabilística, em Abril de 2014, os valores considerados em Impostos Diferidos por Subsídios ao Investimento, passaram a ser considerados em Ajustamentos em Impostos Diferidos, tendo-se procedido à sua reclassificação nas rubricas de Capitais Próprios e Outras Contas a Pagar (nota 17). Procedeu-se de igualmente ao recálculo do seu montante para os anos de 2014 e seguintes, de acordo com a actualização da taxa de IRC para 18,4% nos Açores.

15. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, a rubrica "Financiamentos obtidos" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m/1 prazo	4.361.800,00		4.361.800,00	
Contas caucionadas				
Descobertos bancários contratados				
Locações financeiras				
Outros empréstimos				
	4.361.800,00	-	4.361.800,00	-

O empréstimo bancário de m/1 prazo destina-se ao financiamento do plano de investimentos que a empresa executou e ainda para as que se encontram em curso.

Os financiamentos obtidos não correntes estão contratados com os seguintes prazos de reembolsos:

Plano de reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de um ano		258.468,87	258.468,87
1 a 2 anos	166.813,77	254.620,37	421.434,14
2 a 3 anos	177.193,96	244.639,42	421.833,38
3 a 4 anos	188.220,07	234.037,39	422.257,46
4 a 5 anos	199.932,30	222.775,64	422.707,94
Mais de 5 anos	3.629.639,90	1.490.180,27	5.119.820,17
	4.361.800,00	2.704.721,96	7.066.521,96

As amortizações de capital são semestrais e a iniciam-se em Junho de 2015, procedendo-se apenas à liquidação de juros nos anos de 2011 a 2014. De acordo com os contratos e respectivos planos financeiros, o empréstimo de m/l prazo fica integralmente amortizado no ano de 2030.

16. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Fornecedores conta corrente	41,810.83	119,659.50
Fornecedores conta títulos a pagar		
Fornecedores outros		
	41,810.83	119,659.50

Rúbricas	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	41,810.83		119,659.50	
Fornecedores conta títulos a pagar				
Fornecedores outros				
	41,810.83		119,659.50	

O saldo etário de fornecedores apresentava a seguinte desagregação:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	16,770.53	25,030.30	10.00		41,810.83
Fornecedores outros					
	16,770.53	25,030.30	10.00		41,810.83

17. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, a rubrica "Outras contas a pagar" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a pagar				
Fornecedores de Investimentos		918,063.75		878,716.96
Férias e Subs. Férias		22,964.17		18,122.40
Juros a liquidar		9,996.03		8,340.50
Outros acréscimos de gastos		182,028.13		1,233.46
Ajustamentos Capitais Próprios	880,432.66			
Outros devedores e credores		10,978.84		5,130.60
	880,432.66	1,144,030.92		911,543.92

O valor em "Ajustamentos de Capitais Próprios" refere-se a Subsídios ao Investimento, conforme detalhado na nota 14. O valor em outros acréscimos de gastos resulta de devolução de fatura de serviços por parte da CMVP, ocorrida no ano de 2014.

18. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias						
Biblioteca - Feira do Livro	6,104.42		6,104.42	6,909.19		6,909.19
Prestação de serviços						
Parque de Campismo	96,371.72		96,371.72	327,824.90		327,824.90
Promoção e Desenvolvimento Turístico	97,501.21		97,501.21	7,577.50		7,577.50
Complexo Desportivo	118,365.59		118,365.59	20,135.15		20,135.15
Mercado Municipal	42,987.68		42,987.68	2,862.20		2,862.20
Biblioteca Municipal	67,463.91		67,463.91	170.83		
	428,794.53		428,794.53	365,479.77		365,308.94

O volume de negócios da SDMSA resulta das diferentes áreas de actuação, nomeadamente: organização de feira do livro, da exploração do parque de campismo da Praia Formosa, promoção turística da Ilha de Santa Maria, da exploração do complexo desportivo de Vila do Porto e exploração do Mercado Municipal.

19. Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Subsídio		
Contrato Programa - Promoção Ilha Sta Maria		100,000.00
Contrato Gestão		225,000.00
Outros subsídios	279.18	
	279.18	325,000.00

Os valores em outros subsídios, resultam de apoios governamentais relativos a pessoal da empresa.

20. Custo das vendas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 foi o seguinte:

Rúbricas	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro						
Regularizações						
Compras		6,119.51	6,119.51		6,719.52	6,719.52
Custo de vendas		6,119.51	6,119.51		6,719.52	6,719.52
Saldo final em 31 de Dezembro						

O custo das vendas e da prestação de serviços resulta das atividades desenvolvidas pela empresa.

21. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Subcontratos	1,706.50	3,092.28
Serviços especializados	93,012.23	164,596.47
Materiais	16,910.36	16,265.93
Energia e fluídos	85,413.82	75,930.86
Deslocações, estadas e transportes	11,913.77	16,377.31
Serviços diversos	103,900.20	130,254.80
Animação Cultural / Act. Recreativa	77,190.94	93,420.45
Seguros	10,306.42	8,272.58
Limpeza, higiene e conforto	9,567.43	13,380.60
	312,856.88	406,517.65

22. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, foi a seguinte:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	174,762.81	167,207.77
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	36,058.91	32,982.93
Seguros	5,033.55	3,475.68
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	1,729.87	2,039.54
	217,585.14	205,705.92

Em 31 de Dezembro a empresa contava 13 trabalhadores e 2 estagiar L. No exercício de 2012 foram 13 trabalhadores e 1 estagiar L. O número médio de empregados no exercício de 2013 foi 18, mais 1 face ao ano anterior.

No período de Junho a Setembro, em média, a SDMSA contrata mais oito trabalhadores, para fazer face ao aumento da atividade relacionada com a abertura do parque de campismo.

Os Órgãos Sociais não foram remunerados no exercício de 2013 e de 2012.

23. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Rendimentos suplementares	5,100.00	1,000.00
Descontos de pronto pagamento obtidos	549.29	
Rend. e ganhos nos restantes activos fin.		
Rend. e ganhos em inv. não financeiros	40.00	1,668.02
Outros rendimentos e ganhos	124,776.57	0.07
Correções relativas a Perid. Anteriores	255.17	
Imputação Sub. Investimento	124,520.01	
Outros rendimentos	1.39	
	130,465.86	2,668.09

Os valores registados na rubrica "Rendimentos Suplementares" referem-se essencialmente aos valores cobrados relativos a cadernos de encargos e registos. O valor registado em imputações de subsídios ao investimento está conforme indicado na nota 14.

24. Outros gastos e perdas

Esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013 os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Impostos	8,281.71	1,835.64
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Perdas em inventários	70.88	120.31
Gastos e perdas em subs. e associadas		
Gastos e perdas nos restantes activos fin.		
Gastos e perdas em inv. não financeiros	217.76	
Outros gastos e perdas	203,787.57	243.05
Correções relativas a Perid. Anteriores	203,771.02	
Outros Gastos	16.55	
	212,357.92	2,199.00

O valor das correções de exercícios anteriores resulta de devolução de fatura de serviços por parte da CMVP, referente ao ano de 2012.



25. Gastos de depreciação

Esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013 os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento						
Activos fixos tangíveis	216,422.25		216,422.25	46,459.23		46,459.23
Edifícios e outras construções	200,690.91		200,690.91	31,700.05		31,700.05
Equipamento básico	1,229.50		1,229.50	910.64		910.64
Equipamento Transporte	3,125.00		3,125.00	3,125.00		3,125.00
Equipamento administrativo	2,312.65		2,312.65	2,446.63		2,446.63
Outros activos fixos tangíveis	9,064.19		9,064.19	8,276.91		8,276.91
Activos intangíveis	135.34		135.34	477.38		477.38
Programas de Computador	135.34		135.34	477.38		477.38
	216,557.59		216,557.59	46,936.61		46,936.61

A SDMSA procede à depreciação dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis conforme nota 3.4 do presente anexo.

26. Resultados financeiros

Esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013 os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-13	31-Dez-12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	146,655.86	21,311.16
Outros Juros		
Outros gastos e perdas de financiamento		
	146,655.86	21,311.16
Resultados financeiros	-146,655.86	-21,311.16

27. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e de 2013, registaram-se as seguintes transacções com partes relacionadas:

Transacções	31-Dez-13	31-Dez-12
Vendas		
Prestação de serviços		
Subsídio		
Contrato Programa - Prom. Ilha Sta Maria		100,000.00
Contrato Gestão		225,000.00
Compras		
Serviços adquiridos		

Saldos	31-Dez-13	31-Dez-12
Contas a receber	182,000.00	182,000.00
Camara Municipal Vila do Porto	182,000.00	182,000.00
Contas a pagar		
Camara Municipal Vila do Porto		

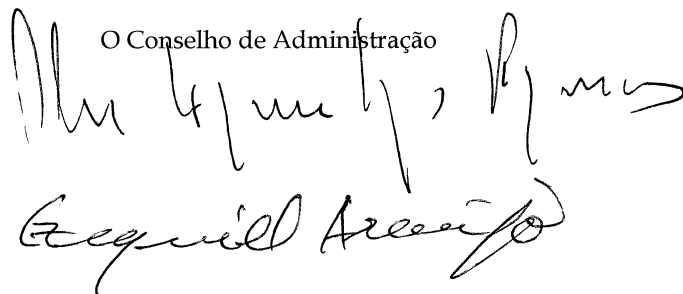
As "Partes Relacionadas" englobam a entidade - mãe "Câmara Municipal de Vila do Porto". O valor indicado em contas a receber foi anulado no ano de 2014, por devolução de fatura de serviços por parte da CMVP. O Conselho de Administração ou pessoal chave de

gestão não foram remunerados conforme nota 22. A Presidência e o Vogal do Conselho de Administração estiveram a cargo de, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, e Ezequiel dos Santos Gaspar Pereira Araújo.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Relatório e Parecer sobre a fiscalização das contas da sociedade **S.D.M.S.A. – Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria, E.E.M.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. No desempenho das nossas funções, acompanhamos durante o exercício com a regularidade e extensão consideradas convenientes, as atividades da Empresa, e procedemos, por amostragem e com a profundidade necessária à verificação e análise dos registos contabilísticos e documentos de suporte e de valores patrimoniais, tendo sempre obtido da Administração e dos Serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos que lhe solicitamos.
3. O Relatório da Administração e as Contas explanam com suficiência e clareza a evolução das atividades da Empresa no exercício em apreço, pelo que consideramos que os mesmos satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a sua situação financeira, pelo que emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, cujo texto faz parte integrante deste relatório.
4. Foram cumpridas as formalidades legais e dos estatutos da sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.
5. Neste sentido somos de PARECER que os Senhores Acionistas:

- a) Aproveem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) Aproveem a Proposta de aplicação dos resultados obtidos, contida no Relatório do Gestão;
- c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos do Art. 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 21 de Abril de 2014


Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda, SROC n.º 52
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859

VIII – Certificação Legal de Contas

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **S.D.M.S.A. – Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria, E.E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 9.887.358 Euros e um total de capital próprio de 3.455.210 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 553.144 Euros), a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO • PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **S.D.M.S.A. – Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria, E.E.M.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 8.1 Conforme referido na nota 17 do anexo, foi acrescido um gasto relativo à anulação de uma fatura no valor de 182.000€, cuja emissão ocorreu em 31 de Março de 2014.
- 8.2 As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio de continuidade das operações. Conforme Lei 50/2012, caso seja decidida a liquidação da sociedade deverão ser transferidos até à conclusão da liquidação, para o acionista único, o pessoal, bem como todos os ativos e passivos da sociedade.



Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO • PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

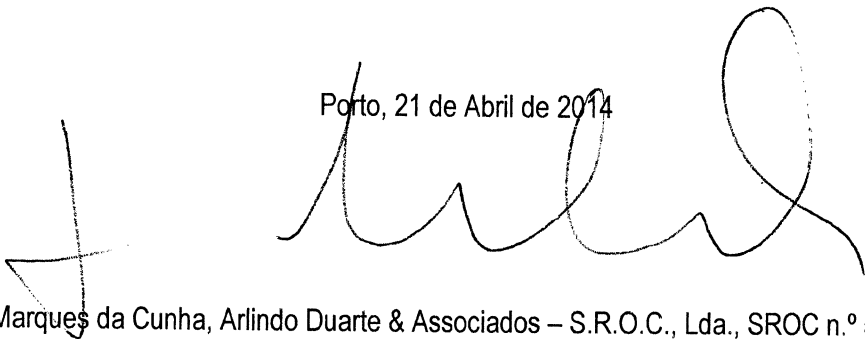
Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 21 de Abril de 2014



Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859